

classificados

PUBLICIDADE LEGAL

▼ Câmara Municipal de Santo André

LEI Nº 10.880, DE 10 DE OUTUBRO DE 2025

O Presidente da Câmara Municipal de Santo André, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 4º, parágrafo 7º da Lei Orgânica do Município de Santo André, promulga a seguinte lei:

PROJETO DE LEI CM Nº 153/2025

AUTOR: VEREADOR RODOLFO SILVA DONETTI - RODOLFO DONETTI - CIDADANIA; COAUTORIA: VEREADOR VITOR LEONARDO SANTOS VARCILÓ - MAJOR VITOR SAN-

TOS; VEREADOR VÍTOR LIMA - VÍTOR LIMA - CIDADANIA; VEREADOR VÍTOR LEONARDO SANTOS VARCILÓ - MAJOR VITOR SAN- TOS; VEREADOR VÍTOR LIMA - VÍTOR LIMA - CIDADANIA; VEREADOR VÍTOR LEONARDO SANTOS VARCILÓ - MAJOR VITOR SAN-

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "ESCUUDO DE INTELIGÊNCIA 360°" DESTINADO A PROMOVER O MONITORAMENTO POR CÂMERAS COM TECNOLOGIA DE BIOMETRIA FACIAL DE OCORRÊNCIAS EM TEMPO REAL PARA A MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA E O APROVIMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ, NA FORMA E CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Santo André decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal de Santo André a criação do Programa "Escudo de Inteligência 360°", destinado a promover a adoção de soluções tecnológicas inovadoras avançadas para a melhoria da gestão pública e o aprimoramento da segurança pública, mediante a implementação e utilização de sistema de videomonitoramento por meio de tecnologia, plataforma multiplataforma, para interface de acesso, processamento de dados, geotags e interação com outros sistemas afins.

Art. 2º Poderão constituir diretrizes essenciais do Programa "Escudo de Inteligência 360°".

I - a implantação de plataforma integrada de serviços multiplataformas, objetivando à melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população;

II - a implantação de rede de câmeras de vigilância inteligente em locais estratégicos da cidade, com integração aos órgãos de segurança pública e serviços de urgência e emergência;

III - a promoção da integração de dados e sistemas de informação entre os órgãos públicos, otimizando os serviços principais de atendimento aos cidadãos;

IV - a integração das informações e dados coletados entre os órgãos de segurança pública, as centrais de monitoramento de câmeras de vigilância e os serviços de urgência e emergência, de modo a obter-se a atuação coordenada e eficaz do poder público;

V - a capacitação dos agentes de segurança e dos profissionais envolvidos nos serviços de socorro, visando o uso adequado das tecnologias e sistemas de informação;

VI - o estímulo à implementação de parcerias público-privadas e à participação da sociedade civil na criação e desenvolvimento de soluções tecnológicas para a cidade;

VII - o fomento à pesquisa e ao desenvolvimento na busca de implementação de novas tecnologias de videomonitoramento, com vistas à melhoria das respostas às situações de urgência e emergência do Município de Santo André, assim como a prevenção e combate da criminalidade;

VIII - a cooperação com os órgãos que atuam na fiscalização de obras e terrenos públicos, com centrais de monitoramento de câmeras;

IX - a promoção de ações educativas e preventivas relacionadas à segurança;

X - o desenvolvimento de Plano Estratégico de Transformação Digital para o Município, identificando as prioridades e metas a serem alcançadas;

XI - o desenvolvimento de Plano Estratégico de Segurança Urbana e Emergência, identificando as prioridades, metas e indicadores de desempenho a serem alcançados;

XII - garantir a segurança e a proteção dos dados pessoais dos cidadãos no âmbito das iniciativas do programa.

Art. 3º O Programa "Escudo de Inteligência 360°", a critério do Poder Executivo, poderá ser implementado em locais estratégicos, no entorno de equipamentos municipais como:

I - Unidades Escolares;

II - Unidades básicas de saúde - UBS;

III - Parques;

IV - Principais ruas e avenidas de cada bairro;

V - Estações de transporte público, incluindo rodoviárias, estações de trem e terminais de ônibus;

VI - Região de alta concentração comercial e empresarial;

VII - Áreas críticas de segurança pública;

VIII - Áreas de grande circulação e com maior incidência de criminalidade;

IX - Entradas e saídas do Município;

X - Outras áreas a serem definidas em momento posterior.

Art. 4º O Programa "Escudo de Inteligência 360°" deverá oferecer maior segurança à população, garantindo a eficiência e eficácia do Poder Executivo, a efetivação de serviços de serviço público para dar maior eficiência no atendimento às cidades, como Mobilidade Urbana, Meio Ambiente e mudanças climáticas, S.A.Trans, CPTM, SAMU, HOSPITAIS além da Guarda Civil Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil, dentre outros órgãos, por meio de uma Inteligência Central de monitoramento.

Art. 5º O Poder Executivo, por meio de seus órgãos competentes, poderá criar e fomentar

campanhas educativas de conscientização sobre segurança pública urbana, bem como informar a população sobre o funcionamento, os objetivos e os benefícios do Programa "Escudo de Inteligência 360°" e acerca da importância da colaboração da comunidade para o seu êxito.

Art. 6º O sistema de videomonitoramento do Programa "Escudo de Inteligência 360°" poderá ser integrado com outros sistemas municipais, quando tecnicamente viável e legalmente permitido.

Parágrafo único. Considerando a necessidade de integração dos órgãos de segurança dos três níveis federativos, nos termos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNPSDS), instituída pela Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, o sistema de videomonitoramento do Programa "Escudo de Inteligência 360°" poderá ser integrado com os demais sistemas operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) previstos no artigo 9º, § 2º, da referida lei federal, quando tecnicamente viável e legalmente permitido.

Art. 7º O Programa "Escudo de Inteligência 360°" garantirá a proteção aos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade da pessoa, o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, conforme previsto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, assegurando que as imagens e dados coletados sejam utilizados exclusivamente para os fins previstos na lei.

Parágrafo único. Na implementação do Programa "Escudo de Inteligência 360°" não serão estabelecidas normas sobre o tema de proteção de dados, sempre procedendo à proteção de dados pessoais em conformidade com os fundamentos previstos no artigo 2º da referida Lei Federal nº 13.709, de 2018:

I - elaboração de documentos de Registro das Operações de Tratamento de Dados Pessoais (ROT) realizadas no âmbito da sua execução;

II - elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), nos termos previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018 e Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

Art. 8º Os dados e imagens coletados pelo Programa "Escudo de Inteligência 360°" não são estabelecidos diretamente relacionados a investigações em curso ou que não sejam requeridos para fins legais devesse ser anônimos.

Parágrafo único. Qualquer pessoa ou organização que acessar indevidamente os sistemas de informações do Programa "Escudo de Inteligência 360°" estará sujeita as penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 9º As autorizações de uso de dados e imagens coletados pelo Programa "Escudo de Inteligência 360°" devem ser concedidas com a legislação vigente de privacidade e proteção de dados, bem como com as melhores práticas relacionadas à segurança da informação, de modo a garantir a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados.

Art. 10 Fica autorizada a criação de protocolos de atuação em casos de grandes aglomerações ou manifestações, garantido o direito constitucional de expressão e proteção dos cidadãos.

Art. 11 Ressalvado o disposto no artigo 8º desta lei, a divulgação de imagens ou informações contempladas no Programa "Escudo de Inteligência 360°", quando for o caso, poderá ser procedida de análise e autorização do órgão competente a ser designado, observando-se para tal, a legislação aplicável.

Art. 12 A lei poderá levar em conta a finalidade do pedido e os demais aspectos que sobre ele incidem.

§ 2º As imagens captadas pelo Programa "Escudo de Inteligência 360°" poderão ser utilizadas para fins institucionais, desde que submetidas a processo de anonimização, nos termos previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

Art. 13 O acesso aos sistemas de informações contempladas no Programa "Escudo de Inteligência 360°" poderá ser restrinido para pessoas ou organizações que não tenham autorização expressa do órgão competente a ser designado pelo Poder Executivo, pertencentes ao referido Programa.

Parágrafo único. Qualquer pessoa ou organização que acessar indevidamente os sistemas de informações do Programa "Escudo de Inteligência 360°" estará sujeita as penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 14 Nas hipóteses de risco iminente, conforme vier a definido pela Secretaria Municipal competente, o Programa "Escudo de Inteligência 360°" poderá ser utilizado para emitir alertas à população por meio de suas diversas plataformas.

Art. 14 Fica autorizado o Poder Executivo estabelecer prazo cabível para a revisão ampla do Programa "Escudo de Inteligência 360°", contemplando sua eficácia, impacto social, avanços tecnológicos e possíveis alterações no cenário de segurança urbana.

Art. 15 Fica autorizado o Poder Executivo regulamentar a presente lei no que couber, respeitadas as diretrizes dispostas.

Art. 16 As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias propriedades, suplementares se necessário.

Art. 17 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Santo André, 10 de outubro de 2025, 472º ano da fundação da cidade.

CARLOS ROBERTO FERREIRA
Presidente

Registrado e digitado na Coordenadoria de Comunicações Administrativas e publicada.

RAFAEL LOPES PINTO DA SILVA
Coordenador Geral
Proc. CM nº 7448/2025
PR nº 44/2025

RLOS/IGS.

EXTRATO DE EMPENHO

Nº PROCESSO: 5850/2025; Nº DO AJUSTE: Ordem de Serviço nº 35/2025; OBJETO: Assinatura anual do sistema web GESTÃO TRIBUTÁRIA, de titularidade do Open Treinamentos e Editora Ltda., plano Diamante, que garante o acesso de até 12 (doze) usuários cadastrados; PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados a partir de 31/10/2025; VALOR: R\$ 12.822,36; FORNECEDOR: OPEN SOLUÇÕES TRIBUTÁRIAS LTDA; EMPENHO: 558/2025, no valor de: R\$ 12.822,36; DOTAÇÃO: 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; DATA DO EMPENHO: 03/10/2025; FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nos termos do inciso III-c do Art. 74 da Lei 14.133/2021.

Câmara Municipal de Santo André, 10 de outubro de 2025, 472º ano da fundação da cidade.

ANA MARIA NUNES TOSELLO
Gerente de Compras e Materiais (em exercício)

Valdir Tirapani
Diretor Superintendente do SFMSA

O Presidente da Câmara Municipal faz saber que o

Plenário, na 58ª Sessão Ordinária, realizada no dia 7 de outubro de 2025, aprovou e, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do artigo 23 da Lei Orgânica do Município de Santo André, promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 27, DE 8/10/2025

INSTITUI A COMISSÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES

PARA TRATAR DOS PROCESSOS LEGISLATIVOS DA

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ-SP, NOS TERMOS DO ART. 74-B DO REGIMENTO INTERNO.

Art. 1º Fica criada, no âmbito da Câmara Municipal de Santo André, a Comissão de Assuntos Relevantes, nos termos do artigo 74-B do Regimento Interno, com a finalidade de tratar dos Processos Legislativos da Câmara Municipal de Santo André.

Art. 2º A Comissão será composta por 5 (cinco) Vereadores, indicados conforme o Parágrafo 3º do artigo 74-B do Regimento Interno.

Art. 3º O prazo dos trabalhos será de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado na forma estabelecida pelo Parágrafo 8º do artigo 74-B do Regimento Interno.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Santo André, 7 de outubro de 2025,

472º ano da fundação da cidade.

CARLOS ROBERTO FERREIRA
Presidente

Registrado e digitado na Coordenadoria de Comunicações Administrativas na mesma data, e publicado.

RAFAEL LOPES PINTO DA SILVA
Coordenador Geral
Proc. CM nº 7448/2025
PR nº 44/2025

IBL/IGS.

"O Diretor Superintendente do Serviço Funerário do Município de Santo André, Sr. Valdir Tirapani, no uso de suas atribuições legais, comunica a quem possa interessar que serão executadas as EXUMAÇÕES das SEPULTURAS TEMPORARIAS abaiô relacionadas, do Cemitério Nossa Senhora do Carmo - Vila Curuçá, em Santo André, em virtude do vencimento do prazo de concessão das sepulturas localizadas nestas quadras, em conformidade com a Lei nº 9.540/2013". Santo André, 09 de outubro de 2025.

QUADRAS

MÊS

21 NOVEMBRO

59 NOVEMBRO

Valdir Tirapani

Diretor Superintendente do SFMSA

Portaria assinada pelo Senhor Diretor Superintendente:

PORTEIRA DIR/SFMSA 044/2025: DESIGNAR os servidores RODRIGO JANZANTE DOS SANTOS, Id. Funcional 134-1 - Gerente de Serviços Funerários e Cemitérios e JOSÉ CICERO DA SILVA ALVES, Id. Funcional 95-7 - Lider II, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 019/2025, Processo nº 088/2025 e Pregão Eletrônico 007/2025, cujo objeto é a prestação de serviços de dedetização e desratização das áreas externas e internas, bem como limpeza e desinfecção das caixas d'água localizadas na sede do SFMSA e nos 04(quatro) cemitérios administrados pelo SFMSA.

VALDIR TIRAPANI

Diretor Superintendente

PECCINI LEILOES

EUROCAMP SECURITIZADORA S/A

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DO LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão: 21/10/2025, às 11h00 | 2º Público Leilão: